

ANEXO V - TERMO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº __/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TAIUVA E A EMPRESA _____, TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LICENCIAMENTO DE USO DE SOFTWARES INTEGRADOS DE GESTÃO PÚBLICA, BEM COMO CONVERSÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO E BACKUP DO BANCO DE DADOS

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE TAIUVA**, Estado de São Paulo, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Prefeitura Municipal, na Rua 21 Abril, nº 334, inscrito no CNPJ sob nº 45.339.611/0001-05, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **MAURO VICENTE BERSI**, brasileiro, casado, RG nº 8.335.594-7-SSP/SP, CPF/RF nº 005.801.068-88, residente e domiciliado na Rua Florindo Vaqueiro Gonzales, nº 21, em Taiuva, neste Estado de São Paulo, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa: _____, com sede na _____, nº _____, na cidade de _____, Estado de _____, CNPJ nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada por seu sócio proprietário: _____, Cédula de Identidade (RG) nº _____, e CPF/MF nº _____, residente e domiciliado na _____, nº _____, na cidade de _____, Estado de _____, a seguir denominada **CONTRATADA**, em razão do **Pregão Eletrônico nº 03/2025, Processo nº 08/2025**, que integra este instrumento, independentemente de transcrição, têm entre si, plenamente ajustado, o presente contrato administrativo que se regerá pelas cláusulas e condições adiante discriminadas, que as partes reciprocamente aceitam e outorgam.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - Contratação de empresa para licenciamento de uso de softwares integrados de Gestão Pública, bem como conversão, implantação, treinamento, suporte técnico e backup do banco de dados, conforme **ANEXO III**.

Parágrafo único - Quadro de composição de custos, considerando a contratação por doze meses:

ITEM	DESCRIPTIVO	UNID.	QTDE	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
1	CONVERSÃO DE BASE DE DADOS, IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO	Serviço	1		
2	SISTEMA INTEGRADO DE CONTABILIDADE PÚBLICA E AUDESP	Mensal	12		
3	SISTEMA INTEGRADO DE RECURSOS HUMANOS - FOLHA DE PAGAMENTO	Mensal	12		
4	SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE RECEITA - ARRECADAÇÃO	Mensal	12		
5	SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE PÚBLICA	Mensal	12		

6	SISTEMA INTEGRADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Mensal	12		
7	SISTEMA INTEGRADO DE ENSINO	Mensal	12		
8	SISTEMA DE COMUNICAÇÃO, DOCUMENTOS E PROCESSOS	Mensal	12		
9	SISTEMA INTEGRADO DE CONTROLE INTERNO	Mensal	12		
10	SISTEMA INTEGRADO DE COTAÇÃO	Mensal	12		
	VALOR GLOBAL R\$				

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS PARTES INTEGRANTES DO CONTRATO - Além da vinculação ao edital e seus anexos, vinculam-se a este contrato todos os documentos e a proposta, que integram o Processo de Licitação nº 08/2025.

CLÁUSULA TERCEIRA - EXECUÇÃO DO OBJETO - As condições de execução dos serviços são aquelas previstas no item 5 do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO - A **CONTRATADA** deverá prestar serviços de alto padrão de qualidade, com a capacidade técnica exigida, compatíveis com os serviços e cumprindo plenamente suas obrigações, em conformidade com os padrões éticos e técnicos cabíveis, de forma humanizada, ordeira e de qualidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO - A Gestora do contrato será a Sra. Juniana Rossi Cuoghi, Secretária Municipal de Gestão Pública, que irá acompanhar a execução e a fiscalização, prestando subsídios necessários para execução dos serviços, em conformidade com suas competências e demais disposições legais necessárias ao bom andamento dos serviços.

Parágrafo único - A Gestora do contrato atestará a aprovação dos serviços apresentados, emitindo recebimento e solicitando eventuais correções, após as eventuais correções, caso necessário, será emitido, recebimento dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR DO CONTRATO - O valor global estimado da presente contratação é de **R\$** _____ (_____).

Parágrafo único - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONDIÇÃO DE PAGAMENTO - O pagamento mensal das licenças dos sistemas instalados e seus módulos, dar-se-á em até 20 (vinte) dias após a emissão da nota fiscal e laudo de funcionamento atestado pela gestora do contrato, através de transferência bancária em conta de titularidade da contratada.

§1º - No mesmo prazo do caput, será realizado o emolumento sobre a conversão do banco de dados, implantação ou treinamento, após a conclusão dos serviços, mediante aprovação da gestora do contrato.

§2º - Na hipótese de aproveitamento do sistema vigente, não se aplica o pagamento aludido à implementação ou treinamento.

§3º - O imposto retido, de acordo com a legislação tributária, deverá estar em destaque em cada nota fiscal eletrônica emitida pela **CONTRATADA**. Na sua ausência, a administração efetuará a retenção do valor, de acordo com as normas legais vigentes e a tabela de retenção aplicável ao caso.

§4º - Havendo erro ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, na apresentação da nota fiscal ou da fatura, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus à administração.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA - O presente instrumento terá vigência de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de sua assinatura, na forma dos artigos 106 e 107, da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE - Os preços contratados são fixos e irreajustáveis durante o prazo de 01 (um) ano, contado a partir da data de sua assinatura.

§1º - Findado o prazo estipulado no caput, mediante solicitação da **CONTRATADA**, os valores poderão ser corrigidos através do índice **IPCA/IBGE** do período. Em sua ausência, aplicar-se-á o índice fixado pelo Governo Federal, no período do reajuste, legalmente permitido à época, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos do §7º, do art. 25, da Lei nº 14.133/2021.

§2º - Nos reajustes subsequentes, observar-se-á o mesmo lapso anual descrito no caput.

§3º - O reajuste será realizado por meio de apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS - Os recursos financeiros serão atendidos pelo orçamento vigente, constantes da indicação contábil e por dotações futuras vigentes para exercícios posteriores, no caso do contrato acampar novo exercício ou em função de prorrogações contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - São as dotações a suportar as despesas deste contrato:

Ficha 051

02 - Executivo

02.02.00 - Secretaria de Administração Geral

04.122.0005.2016 - Manutenção do Departamento de Planejamento e Administração

3.3.90.40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

110.000 - Geral

Ficha 176

02 – Executivo

02.06.00 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.0018.2031 – Manutenção Recursos Fundo a Fundo - Estado

3.3.90.40 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

301.002 – Transf. Estadual - Atenção Básica.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE - Nos termos do art. 104 da Lei nº 14.133/2021, poderá:

I. Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

II. Extingui-lo, unilateralmente, nos casos especificados nesta Lei;

III. Fiscalizar sua execução;

IV. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial; do ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO SUPORTE LEGAL - Este Processo Licitatório é regulado pelos seguintes dispositivos legais:

I. Lei Federal nº 14.133/21;

II. Lei Federal nº 9.648/98;

III. Lei Orgânica do Município;

IV. Orçamento Vigente;

V. Pregão Eletrônico nº 03/2025.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA – são elas as de:

I. Cumprir todas as obrigações constantes do presente contrato e demais documentos anexos, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

II. Prestar os serviços objeto do presente contrato, de acordo com as melhores técnicas e com pessoal capacitado;

III. Executar fielmente o contrato de acordo com as cláusulas avençadas e as normas legais, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

IV. Oferecer suporte técnico de forma remota, com atendimento por todos os meios de comunicação, todos os dias úteis em horário de expediente, de acordo com a demanda e complexidade do serviço contratado, atendendo aos pedidos do **CONTRATANTE** quanto às correções de cada sistema e site, caso haja necessidade, durante toda vigência contratual;

V. Disponibilizar ao final da vigência contratual, nos casos de não prorrogação, os documentos digitais e banco de dados restritos aos dados digitais do **CONTRATANTE**, bem como os arquivos contidos no banco de dados na forma nativa, qual seja o formato;

VI. Promover o treinamento “*in loco*”, com antecipação mínima de 48 (quarenta e oito) horas, contadas do recebimento da requisição emitida pelo contratado ou outro prazo estipulado por conveniência dos contratantes, bem como promover eventual complementação por vídeo conferência, telefone ou por tecnologia remota;

VII. O treinamento técnico não isenta a contratada de responder questionamentos futuros, ainda que básicos ou cujo teor tenha sido objeto do treinamento;

VIII. Arcar com todas as despesas que influenciem nos custos, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos; responsabilizar-se pelos encargos previdenciários, tributários, trabalhistas, fiscais e sociais, que venham a incidir sobre a execução do contrato;

IX. Responsabiliza-se por danos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, em que se verificarem falhas na execução do objeto, sendo que a fiscalização designada pelo **CONTRATANTE** não caracteriza a exclusão destas responsabilidades;

X. Eventuais locomoções, acomodações e alimentações de pessoal, para cumprimento do contrato;

XI. Comunicar ao **CONTRATANTE**, no caso de mudança de situação no contrato social, endereço ou telefone;

XII. Manter durante toda a execução do contrato compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

XIII. Manter conta bancária no nome empresarial da contratada, disponível para pagamento mediante depósito somente na conta do favorecido;

XIV. Responsabilizar-se pelos trabalhos desenvolvidos pelos seus colaboradores sob qualquer espécie;

XV. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE – Consistem em:

I. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e demais documentos anexos;

II. Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência e no presente Contrato;

III. Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas, irregularidades, vícios, defeitos e incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em partes, às suas expensas;

IV. Regressar contra a **CONTRATADA**, no caso de indenização ou reparação a terceiros, em razão da execução dos serviços objeto do contrato;

V. Acompanhar, fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**, por meio da gestora do contrato;

VI. Executar o pagamento à **CONTRATADA**, da forma disposta na cláusula sétima;

VII. Fornecer todos os documentos e informações necessárias ao cumprimento do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO – Veda-se quaisquer hipóteses de subcontratação, cessão ou transferência de obrigações.

Parágrafo único - Proíbe-se, inclusive, que a empresa realize cisão, fusão ou incorporação que modifique a atividade empresarial inerente ao objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS HIPÓTESES DE OMISSÃO DO CONTRATO – No silêncio deste instrumento, aplicam-se as estipulações da Lei nº 14.133/21, os preceitos de Direito Público e, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO - A inexecução, total ou parcial do contrato, ensejará na sua rescisão e aplicação das penalidades aqui pactuadas, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou regulamento.

§1º - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§2º - A rescisão do contrato poderá ser determinada por:

I. Ato unilateral e escrito da Administração;

II. Acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III. Decisão judicial, nos termos da legislação.

§3º - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

§4º - Constituem motivos para rescisão do contrato por ato unilateral da Administração:

I. Cumprimento irregular ou inexecução das cláusulas contratuais, serviços ou prazos;

III. Lentidão no cumprimento dos serviços que impliquem em prejuízo nas atividades, serviços ou fornecimentos da Administração.

IV. Atraso injustificado na prestação dos serviços;

V. Paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

VI. Subcontratação, cessão, transferência total ou parcial de obrigações, fusão, cisão ou incorporação empresarial que modifique a atividade empresarial inerente ao objeto contratual;

VII. Desatendimento das determinações da autoridade designada ao acompanhamento e fiscalização;

VIII. Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

IX. Dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

X. Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

XI. Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela autoridade máxima da esfera administrativa a que está subordinado o **CONTRATANTE**, exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

XII. Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva de execução do contrato.

§5º - Na hipótese de rescisão sem culpa da **CONTRATADA**, incumbirá ao **CONTRATANTE** ressarcir os prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, sem prejuízo dos pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo da desmobilização.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS - A contratada infratora, sujeitar-se-á às penalidades previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos e demais normas atinentes, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e criminal.

§1º - Ficará impedida de licitar e contratar com a administração direta e indireta do Município de Taiuva/SP, pelo prazo de 3 (três) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que:

I. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

II. Não manter a proposta, lance ou oferta;

II. Ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação;

IV. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

V. Atrasar na entrega do objeto contratado.

§2º - Demais sanções administrativas são aquelas previstas pelos Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA VIGÉSSIMA – DA MULTA – Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito devidamente comprovados, as inadimplências incorrerão aos contraentes deste contrato:

I. Multa à razão de 5% (cinco por cento) do valor da inadimplência;

II. Juros à razão de 1% (um por cento) do valor da inadimplência, ao mês;

III. Correção monetária pela Tabela Prática Judicial.

Parágrafo único - Havendo rescisão contratual o valor da multa será de 10% (dez por cento) do valor global remanescente do contrato, a quem deu causa, excetuando-se dos casos fortuitos ou de força maior.

CLÁUSULA VIGÉSSIMA PRIMEIRA – DO FORO - Fica eleito o Foro de Jaboticabal, Estado de São Paulo, para dirimir eventuais dúvidas oriundas deste contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSSIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS - O contrato originário deste certame regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma da legislação vigente.

.....

Por estarem assim justas e acertadas, as partes firmam o presente instrumento na presença de duas testemunhas que também assinam, para que surta os legais e jurídicos efeitos.

Taiuva, __ de _____ de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIUVA - CONTRATANTE
MAURO VICENTE BERSI – PREFEITO MUNICIPAL

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX - CONTRATADA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX - REPRESENTANTE LEGAL

TESTEMUNHAS

GISLAINE DE SOUZA SILVA
RG nº 50.788.764-5

LARISSA MARIA GALO SCARPIM
RG nº 47.911.230-7

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TAIUVA

CONTRATADA:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº __/2025

OBJETO: Contratação de empresa para licenciamento de uso de softwares integrados de Gestão Pública, bem como conversão, implantação, treinamento, suporte técnico e backup do banco de dados, conforme **ANEXO III**.

Pelo presente **TERMO**, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a)** O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b)** Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c)** Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d)** As informações pessoais dos responsáveis pelo contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e)** É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a)** O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b)** Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Taiuva, __ de _____ de 2025.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ORGÃO/ENTIDADE:

Nome: Mauro Vicente Bersi

Cargo: Prefeito do Município de Taiuva

CPF: 005.801.068-88

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: Mauro Vicente Bersi

Cargo: Prefeito do Município de Taiuva

CPF: 005.801.068-88

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: Mauro Vicente Bersi

Cargo: Prefeito do Município de Taiuva

CPF: 005.801.068-88

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DO CONTRATANTE:

Nome: Mauro Vicente Bersi

Cargo: Prefeito do Município de Taiuva

CPF: 005.801.068-88

Assinatura: _____

GESTOR DO CONTRATO:

Nome: Juniana Rossi Cuoghi

Cargo: Secretaria Municipal de Gestão Pública

CPF: 331.404.458-57

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Acompanhamento e Fiscalização

Nome: Juniana Rossi Cuoghi

Cargo: Secretaria Municipal de Gestão Pública

CPF: 331.404.458-57

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e de Notificação deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e de Notificação, será ele objeto de notificação específica.

DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TAIUVA

CNPJ Nº: 45.339.611/0001-05

CONTRATADA:

CNPJ Nº:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº __/2025

DATA DA ASSINATURA: __/__/2025

VIGÊNCIA: __/__/2026

OBJETO: Contratação de empresa para licenciamento de uso de softwares integrados de Gestão Pública, bem como conversão, implantação, treinamento, suporte técnico e backup do banco de dados, conforme **ANEXO III**.

Declaro, na qualidade de responsável pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Taiuva, __ de _____ de 2025.

Nome e cargo: Mauro Vicente Bersi - Prefeito do Município de Taiuva

E-mail institucional: gabinete@taiuva.sp.gov.br

E-mail pessoal: maurobersi@ymail.com

Assinatura: _____